

Acordo da dívida tem

■ FMI e comitê de bancos credores decidem aprovar renegociação

Externa

apoio internacional

seja qual for o resultado do processo de 'impeachment'

TEODOMIRO BRAGA
Correspondente

WASHINGTON — A comunidade financeira internacional decidiu apoiar a concretização do acordo de renegociação da dívida externa brasileira com os bancos privados, independentemente do resultado da tentativa de *impeachment* do presidente Fernando Collor. Como parte dessa estratégia, o Comitê Assessor dos Bancos Credores anunciou ontem, em nota conjunta assinada com o governo, a conclusão da minuta do acordo, a chamada *term sheet*, embora ainda falte definir detalhes do documento.

“O Brasil conclui, assim, etapa crucial que estabelece as bases para uma solução duradoura do problema da dívida externa”, diz a nota distribuída durante a reunião anual entre o FMI e o Banco Mundial.

Em reunião com o ministro Marcílio Moreira, o diretor executivo do FMI, Michel Camdessus, reafirmou a intenção do Fundo de enviar carta aos bancos credores recomendando a aprovação da *term sheet*, item imprescindível à efetivação do acordo. No domingo à noite, após encontro casual com Marcílio na porta do FMI, o presidente do Citibank, John Reed, disse a jornalistas que, dependendo dos bancos, a finalização do acordo não será afetada pela crise que ameaça derrubar o presidente Collor.

A próxima etapa da tramitação, até sua entrada em vigor, é a aprovação da *term sheet* pelo Senado, o que não deverá ocorrer sem dificuldades, segundo antecipou o senador José Fogaça (PMDB-RS), que integra a

comitiva do ministro Marcílio em nome da bancada da oposição no Senado.

A conclusão da minuta do acordo da dívida foi anunciada pelo ministro Marcílio em entrevista após encontro com o diretor do FMI, que reiterou o apoio da instituição à concretização da renegociação da dívida apesar do fracasso do governo no cumprimento das metas do acordo. “Camdessus ressaltou que, apesar de todas as dificuldades, os elementos principais do nosso programa econômico estavam funcionando. *They are in place* (eles estão no lugar), disse ele”, contou Marcílio, que afirmou não ter dúvidas da aprovação pelo Senado.

O envio da carta do FMI aos bancos credores avalizando o acordo, segundo Marcílio, deverá ocorrer assim que a minuta seja aprovada pelo Senado. “Só depende de nós”, garantiu o ministro. “Michel Camdessus teve a ocasião de dizer que mantinha grande admiração pelo Brasil porque percebia que, num momento de dificuldades, nossa democracia resiste a um duro teste.”

Segundo o comunicado conjunto, o Comitê Assessor dos Bancos já “dispersou” e os “pequenos detalhes técnicos” da minuta que ainda faltam resolver serão examinados pelos advogados dos dois lados. “A minuta consubstancia o acordo em princípio concluído com o Comitê em 9 de julho e reflete todos os pontos desse acordo. Cobre, assim, o estoque da dívida no valor aproximado de US\$ 50 bilhões (dos quais 44 bilhões com bancos comerciais estrangeiros) e juros atrasados relativos ao período entre 1º de janeiro de 1991 até a data de emissão dos novos bônus”, diz a nota.

